



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**A GESTÃO DEMOCRÁTICA E A PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE
ATRAVÉS DOS ORGÃOS COLEGIADOS EM UMA ESCOLA
ESTADUAL NA CIDADE DE JANAÚBA - MG**

MARIA JOSE NOGUEIRA SILVA

BELO HORIZONTE ,2015

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**A GESTÃO DEMOCRÁTICA E A PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE
ATRAVÉS DOS ORGÃOS COLEGIADOS EM UMA ESCOLA
ESTADUAL NA CIDADE DE JANAÚBA – MG**

Trabalho de conclusão de curso,
apresentado como requisito necessário para
obtenção do título
de Especialização em Gestão Escolar da Universidade
Federal de Minas Gerais (UFMG), sob orientação da
professora Giselle Cristina Rodrigues

BELO HORIZONTE ,2015

I – INTRODUÇÃO

A Escola Estadual Doutor Oscar Maurício Porto iniciou suas atividades com uma sala de 4ª série e 5 salas de Ciclo Básico de Alfabetização-CBA, no dia 07 de março de 1994, funcionando na Rua Afonso Pena, Bairro São Gonçalo, em um prédio provisório, alugado pela Prefeitura Municipal de Janaúba, cidade onde a escola está situada, no Norte de Minas Gerais. Essa instituição de ensino surgiu devido a necessidade de atendimento à demanda dos alunos da E. E. “Rômulo Sales de Azevedo”, que deixou de atender aos alunos das quatro primeiras etapas do CBA (1ª à 4ª série) do Ensino Fundamental. Considerando o Parecer do Conselho Estadual de Educação de Educação de Minas Gerais -CEE, nº 915/92, publicado em 19 de janeiro de 1993, criou-se a partir do Decreto nº 34 789, MG de 23/06/93, pág.: 02, col: 01, o Ensino Fundamental (1ª à 8ª série) da E.E.Dr. Oscar Maurício Porto em Janaúba – MG. Sua autorização para funcionamento se deu a partir de 1º de fevereiro de 1993, sendo publicado no Diário Oficial de MG em 04/08/1993, pág.: 24, col.: 02. Hoje a Escola Estadual Dr. Oscar Maurício Porto possui sede própria, situa-se na Rua Quatro, nº 57, Bairro – Esplanada, em Janaúba (publicado em 14/02/01, pág. 03, col. 01- Diário Oficial MG).

A Escola oferece os anos finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º ano) a uma clientela oriunda principalmente dos bairros Esplanada, Dente Grande, Cerâmica, Residencial Dona Lindú e Esplanada. Recebe também alunos de comunidades da zona rural (Pedra Preta, Muquém, Floresta, Terra Nova) que utilizam o transporte escolar para terem acesso ao processo ensino-aprendizagem.

Os alunos atendidos pela escola são provenientes de famílias de baixa renda, numerosas, geralmente composta de 05 a 10 pessoas. Vários destes estão integrados a projetos sociais como Bolsa-Família e muitas crianças e adolescentes são constantemente expostos, em seu próprio âmbito familiar, a situação de violência, alcoolismo, drogas, refletindo no comportamento dos alunos. Vários avós são responsáveis pelos alunos, que alegam que os pais não têm responsabilidade sobre os filhos, por vários motivos, entre eles: constituição de outra família, filhos de pessoas muito jovens, filhos de pais alcoólatras, drogados e infratores. A comunidade pouco participa dos eventos desta escola. Os pais não se interessam pela vida escolar dos seus filhos, levando a perceber que quando o aluno é assistido

pela família (pais) seus resultados são satisfatórios. A escola está aberta a comunidade para eventos e reuniões e para o uso da quadra para competições esportivas para que torne a relação escola e comunidade mais estreita, mas sem muitos resultados.

Diante do exposto pretende-se desenvolver este trabalho de forma a mostrar a importância da participação da comunidade na escola, pois essa é uma dificuldade da escola em questão e pode ser fonte de grandes problemas enfrentados pela direção da escola. Buscar uma gestão participativa é muitas vezes uma questão que gera inúmeros problemas para o gestor escolar. A colaboração de todos os envolvidos na comunidade escolar é tema de discussão e resolução de problemas que cercam o cotidiano.

É sabido que, a autonomia e a participação de toda comunidade escolar estabelecem um elo que é necessário para a apropriação de suas responsabilidades como sujeito de direito nas atividades que permeiam a escola pública e que trazem a cada escola sua significância e sua identidade tendo a qualidade do ensino como objetivo a ser alcançado.

II – DESENVOLVIMENTO:

2.1 Os Conselhos escolares e participação da comunidade escolar na gestão financeira

A escola é a melhor instituição para saber em que e como serão gastos os recursos financeiros disponíveis para as mais diversas funções. Por isso deve-se criar mecanismos para que a gestão desses recursos seja a mais democrática possível. A comunidade escolar deve participar da definição das prioridades, dos objetivos e de como eles serão atingidos, quais os recursos disponíveis para se alcançar esses objetivos, como e onde as verbas recebidas pela escola serão aplicadas e o que pode ser feito para alocação de novas verbas. Dessa forma um importante documento da gestão da escola é o Projeto Político Pedagógico, que também direciona a gestão financeira, pois os objetivos explícitos no projeto se relacionam com o planejamento financeiro elaborado por todos na escola.

A melhor e mais usual forma de se democratizar a gestão dos recursos é por meio dos Conselhos Escolares. A formação de Conselhos Escolares é uma das

obrigatoriedades impostas aos sistemas de ensino, pela LDB (lei de diretrizes e bases da educação nacional de 1996), para efetivar e assegurar a participação da comunidade escolar e local na gestão da educação básica pública. Para isso, o Ministério da Educação (MEC) implementou o Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares, a partir do ano 2004, no suposto de que a implantação ou consolidação de tais Conselhos promoveria uma nova cultura nas instituições escolares, por meio do aprendizado coletivo e da partilha do poder, concorrendo para qualificar a educação básica.

Na escola em questão para atender tal exigência criou-se no ano de 1996 o conselho escolar, tal atitude partiu da direção juntamente com educadores, alunos e a comunidade ligada à escola. O Conselho é formado por representantes de todos os grupos envolvidos com a educação funcionários e professores da escola, pais e outros membros da comunidade.

Com isso conduziu os interessados para discussão e tirou as decisões da mão de poucos, transformou a escola em um ambiente mais democrático e transparente. Brasil (2004) confirma

Se considerarmos a contribuição fundamental da escola pública para a construção de uma cidadania participativa e a tomarmos como uma construção permanente e coletiva, veremos que os Conselhos Escolares são, primordialmente, o sustentáculo de projetos político-pedagógicos que permitem a definição dos rumos e das prioridades das escolas numa perspectiva emancipadora, que realmente considera os interesses e as necessidades da maioria da sociedade. (2004, p.35)

Os integrantes do conselho deliberam juntos sobre questões que vão do plano pedagógico à merenda a ser servida na escola. Estabelece metas, planos educacionais, o calendário escolar e aprova o projeto político pedagógico da escola. Também cuida da situação financeira, definindo planos de aplicação de recursos e normas para a prestação de contas. Sobre a proposta de gestão democrática, decisões que antes partiam “prontas” da direção foram descentralizadas, e tornou-se comum fazer consultas e reuniões com os servidores lotados na escola e a comunidade. Sobre a importância dos conselhos o Ministério da Educação e Cultura (2004) afirma

(...)é grande a importância dos Conselhos Escolares para a busca de transformações no cotidiano escolar, transformações essas orientadas pelo desejo de construção de uma sociedade igualitária e justa. Suas atividades são muitas e variadas, devendo sempre ser referenciadas, no imediato, pelas demandas da comunidade e pela realidade de cada escola, que deve primar pelo exercício da sua própria autonomia. (2004, p.55)

Os que pensam ser necessário um processo de aperfeiçoamento gradativo para “chegar a um trabalho coletivo” e um tempo maior de esclarecimento sobre o que é o conselho escolar, antes de ele entrar em funcionamento, justificam essa ideia com o despreparo de representantes de alunos e de pais para acompanhar as discussões. Aponta-se também o despreparo de professores, pois alguns deles não admitem a entrada “da comunidade na escola”, que, sem ter estudado para esse fim, quer “mandar no serviço, se meter numa coisa que não tem nem diploma para isso”. Quem aponta essa falta de preparo entende também o processo como “uma caminhada” que, aos poucos, vai se ajustando.

À exceção de membros do conselho escolar, os pais dos alunos não mostram uma compreensão tão clara da política educacional quanto os professores, mesmo quando se trata de mães que têm experiência de atuação em clubes de mães e associações de moradores. Como a gestão democrática está ligada mais à conduta do diretor e ao uso da consulta prévia às decisões, o conselho escolar, concebido pela Secretaria de Educação como meio institucional central da democracia escolar, ocupa lugar primordial na gestão da escola.

No cenário educacional brasileiro, os conselhos escolares surgem como resposta aos anseios de participação da sociedade na gestão pública, isto é, estão associados à descentralização e à autonomia da escola. Segundo Gandin(1994)“A escola, portanto, tem de ser parte da própria sociedade, viver de acordo com o seu ritmo de vida e nunca ignorar esse ritmo ou ir contra ele, procurando conhecer a vida da sociedade a qual ela prepara os homens”. (1994, p.23) O autor considera ainda que não pode haver processo participativo se não acontecer o pronunciamento reiterado de cada pessoa, por si, não como parte de grupo; o posicionamento pessoal cria consciência, permite encaminhar questões e incorporar conhecimentos necessários.

2.2 A participação da Comunidade e a descentralização do poder do gestor escolar

Na atualidade buscar uma gestão participativa é muitas vezes uma questão que gera inúmeros problemas para o gestor escolar. A colaboração de todos envolvidos na comunidade escolar é tema de discussão e resolução de problemas que cercam o cotidiano. Wittman (2000, pág.89) afirma:

A ampliação da autonomia da escola e a democratização de sua gestão constituem, hoje, exigências histórico-sociais. A autonomia e a democratização da gestão da escola são demandadas pela própria evolução da sociedade. Vivemos em tempos de novas rupturas e de novas configurações. A evolução lenta e gradual parece que vem de encontro a seus próprios limites. Novas demandas surgem para a gestão escolar em decorrência da necessária autonomia e democratização de sua gestão.

A participação da comunidade escolar e o comprometimento de todos é essencial para que o gestor desenvolva seu trabalho de forma descentralizada, democrática e eficaz, pois na escola ninguém trabalha sozinho um depende do outro para que se realize os objetivos comuns. Neto e Almeida (2000, pág.44) afirmam que:

A proposta de descentralização, não resulta de reivindicações ou necessidades apresentadas por parte dos responsáveis pelo trabalho educativo na própria escola. A proposta apresenta como geralmente ocorre, de forma verticalizada, isto é do nível central para a ponta do sistema. Embora pretenda a descentralização do processo de execução das atividades na escola, continuam ocorrendo a centralização das decisões e o controle principalmente dos resultados a serem alcançados.

Tais práticas são presentes não somente nesta escola, mas em todos os níveis do governo responsáveis pelas políticas públicas para a educação, resultantes da cultura da ditadura militar. Assim, a descentralização da gestão na escola, culmina na superação de processos centralizados e na vivência da gestão participativa.

Hoje isso é um desafio, pois cada vez mais a comunidade escolar julga desnecessária sua participação e opinião nas metas da escola. Os pais na sua

grande maioria pouco estão se envolvendo nas decisões da escola, uns por falta de tempo, outros por falta de vontade. Dificultando a montagem de conselhos essenciais para o desenvolvimento da escola. Dourado (2001) afirma que:

A atuação do diretor e da equipe gestora na mobilização de pessoas e no desenvolvimento de liderança participativa é fundamental. Uma liderança mobilizadora está sempre a compartilhar com os outros a solução de problemas, a elaboração de planejamento e a implementação de ações pedagógicas na escola. Sem negar os problemas, uma liderança mobilizadora procura programar ações e consolidar mecanismos visando garantir a participação de todos. (2001,p.76).

Sabe-se que hoje a escola conta com uma ferramenta muito importante para a participação da comunidade que é o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) que consiste no repasse anual de recursos às escolas públicas do ensino fundamental estaduais, municipais e do Distrito Federal e às do ensino especial mantidas por organizações não-governamentais (ONGs), desde que registradas no Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS). O repasse dos recursos do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) é feito anualmente pelo FNDE às contas bancárias das unidades escolares, cabendo a elas utilizar os recursos, de acordo com as decisões dos órgãos colegiados da escola.

Os recursos podem ser utilizados para as seguintes finalidades: aquisição de material permanente; manutenção, conservação e pequenos reparos da unidade escolar; aquisição de material de consumo necessário ao funcionamento da escola; capacitação e aperfeiçoamento de profissionais da educação; avaliação de aprendizagem; implementação de projeto pedagógico e desenvolvimento de atividades educacionais, dessa forma faz com que o poder do gestor seja descentralizado. Nesse sentido a escola analisada para iniciar os trabalhos montou uma comissão para preenchimento do PDDE interativo do ano de 2014. É sabido que o PDDE atualmente é feito através de um sistema, dividido em partes. Para que esse preenchimento fosse possível talvez necessária a opinião dos diversos segmentos da escola. Segundo o Ministério da Educação:

O PDDE Interativo é a ferramenta de planejamento da gestão escolar disponível para todas as escolas públicas. Ele foi desenvolvido pelo Ministério da Educação em parceria com as secretarias estaduais e

municipais e sua principal característica é a natureza auto instrucional e interativa de cada tela. Ou seja, além das escolas e secretarias não precisarem mais realizar formações presenciais para conhecer a metodologia e utilizar o sistema, este interage permanentemente com o usuário, estimulando a reflexão sobre os temas abordados. As mudanças tiveram como principal objetivo facilitar o acesso e a navegação da equipe escolar e de todas as pessoas interessadas em conhecer a ferramenta. (2014,p.3)

Essa comissão foi composta de dois pais, dois professores, supervisora, diretora, dois funcionários de demais servidores e dois alunos no qual deveriam estudar os itens que são solicitados no PDDE Interativo para que em outros momentos pudessem trazer as sugestões, foi feita diversas reuniões para se chegar a um resultado final. Todos os segmentos opinaram quais os projetos que a escola deveria ter o que faltava na escola bens materiais, reformas e como estava o desempenho dos alunos e o que poderia ser feito para melhorar, além de sugestões para um maior envolvimento da comunidade local.

2.3 A importância da participação da comunidade na escola

A participação da comunidade de forma colegiada tem como função capacitar, descrever, analisar e propor ações relativas a organização e funcionamento da escola, visando perceber suas peculiaridades como mecanismo de participação que tem como escopo assegurar a democratização da gestão escolar.

Muitos atores da comunidade escolar dizem que se limita a validar documentos e pouco se envolve na tomada de decisões e muitas vezes, existe somente no papel. Essas afirmativas vão na direção oposta ao que deve ser a participação colegiada da comunidade, que conta com representantes de todos os segmentos professores, funcionários, alunos, pais e membros da comunidade e tem como objetivo contribuir para a gestão administrativa, financeira e pedagógica da escola. Ângela Antunes (2000) afirma que, onde a comunidade escolar é atuante, o autoritarismo normalmente diminui e a escola preocupa-se mais com às necessidades, os problemas e os rumos que a ela deva tomar.

É sabido que, a autonomia e a participação de toda comunidade escolar estabelecem um elo que é necessário para a apropriação de suas responsabilidades

como sujeito de direito nas atividades que permeiam a escola pública e que trazem a cada escola sua significância e sua identidade tendo a qualidade do ensino como objetivo a ser alcançado. Concordando Castro (2000) afirma:

A diretora de escola, nesta perspectiva, tem de auxiliar na construção do trabalho coletivo, tem de dividir tarefas e poder na escola, mas ao mesmo tempo fica a questão de sua formação e de toda experiência que vai adquirir como administradora que se perde, à medida que volta para a tarefa docente. Em âmbito internacional, de uma forma geral, assumir a função de diretora de escola, implica uma formação específica e uma experiência de liderança que conduz ao crescimento na carreira do professor, e a direção representa um avanço nesta hierarquia. Com a eleição das diretoras em nosso contexto parece que estamos alcançando um trabalho mais participativo, a construção de um trabalho de equipe, mas perdemos no profissionalismo, pois como uma diretora eleita, não está necessariamente preparada para esta função. (2000, p.84)

Quando a escola age no coletivo o resultado das ações será sempre um resultado que representa o pensamento de toda a comunidade escolar, a partir de um consenso por ela estabelecido. As ações que resultam do coletivo são mais verdadeiras, mais próximas da realidade. Partindo da premissa de que por meio da gestão escolar democrática, em que a comunidade escolar se sinta envolvida nesse processo por meio dos órgãos colegiados ou de outra maneira, é possível algumas escolas superarem a influência extraescolar sobre seus resultados educacionais.

III -CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se com esta análise que o gestor democrático deve contribuir para articular a comunidade na execução das atividades do cotidiano escolar, proporcionando a gestão participativa em todos os aspectos, financeiros, pedagógicos e sociais, sendo um mediador entre a escola e a comunidade, respeitando a opinião de seus pares. Tendo consciência que ele não pode resolver sozinho todos os problemas da escola, sendo necessária a descentralização do poder através da divisão de responsabilidades com funcionários, alunos e pais onde todos participem das decisões. Com um bom planejamento e a opinião de todos da comunidade escolar é possível melhorar a escola de forma que também melhore o

desempenho dos alunos tornando um ambiente agradável, além de propiciar uma gestão clara e aberta dos recursos financeiros da escola.

Assim percebe-se que a participação da comunidade na escola é de suma importância e a escola procura ter um envolvimento com a comunidade de forma a compreender os problemas que a cerca e os valores que essatem para o melhoramento da escola. Na busca de formar alunos com consciência de protagonistas sociais, a equipe gestora valoriza o trabalho compartilhado, expresso pelo Conselho e ColegiadoEscolar, onde garante o espaço democrático de participação de todos, para se expressarem sem medo ou constrangimento suas críticas e sugestões.

A participação da comunidade na escola significa uma necessidade de considerar o ambiente que a escola se insere, seus problemas, suas particularidades, seus anseios e sua cultura, onde essa participação irá enriquecer o currículo escolar de forma a transparecer a importância que essa comunidade traz para o desenvolvimento das atividades da escola, é notável que a escola que tem a comunidade ao seu lado consegue sucesso na aprendizagem de seus alunos. Dessa forma é inevitável a necessidade da escola buscar os pais como seus primeiros aliados e parceiros na garantia de melhor ensino e melhor aprendizagem, para isso compete ao gestor buscar estratégias que estimulem e viabilizem essa parceria.

IV - REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS

ANTUNES, Ângela. **Aceita um conselho? Como organizar o colegiado escolar.** São Paulo, Cortez- 2001.

BRASIL. Conselhos Escolares: **democratização da Escola e Construção da Cidadania** – Mod. 1 - Programa Nacional dos Conselhos Escolares. Secretaria de Educação Básica. Brasília/DF – 2004.

_____. Minsitérioda Educação. **Manual do PDDE Interativo 2014.** Disponível em <http://pdeinterativo.mec.gov.br/pddeinterativo/manuais/ManualPDDEInterativo2014.pdf> . Acesso em 15 jun 2014

CASTRO, Marta Luz Sisson de . **A Gestão da Escola Básica: conhecimento e reflexão sobre a prática cotidiana da diretora de escola municipal** . PUC /RS. Disponível em http://moodle3.mec.gov.br/ufmg/file.php/104/A_gestao_da_escola_basica_Marta_Luz_Sisson_de_Castro.pdf . Acesso em 10 jun. 2014.

DOURADO, Luiz Fernandes, Duarte Maria Ribeiro Teixeira. **Conselho Escolar e o financiamento da educação no Brasil**, Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2006.

_____, **Progestão: Programa de Capacitação e distância para Gestores escolares**, Brasília. Ministério da Educação Secretaria de Educação Básica, 2001.

GANDIM, Danilo. **Planejamento como prática educativa**. 7. ed. São Paulo: Loyola, 1994.

NETO, Antônio Cabral, ALMEIDA. Maria Doninha **Educação e Gestão Descentralizada: Conselho Diretor, Caixa Escolar, Projeto Político-Pedagógico**. (UFRN). Disponível em http://moodle3.mec.gov.br/ufmg/file.php/104/Educacao_e_Gestao_Descentralizada_Antonio_Cabral_Neto_e_Maria_Doninha_de_Almeida.pdf Acesso em 10 jun. 2014.

WITTMANN. Lauro Carlos. **Autonomia da Escola e Democratização de sua Gestão: novas demandas para o gestor** . (FURB). Disponível em http://moodle3.mec.gov.br/ufmg/file.php/104/A_autonomia_da_escola_e_democratizacao_de_sua_gestao_Lauro_Carlos_Wittmann.pdf Acesso em 10 jun 2014.

ANEXO



**UFMG - UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAE)
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA ESTADUAL
JOAQUIM TEIXEIRA DE BRITO: UMA VISÃO HUMANIZADORA DA
EDUCAÇÃO**

**MARIA JOSÉ NOGUEIRA SILVA
NEURISVÂNIA FREITAS FAGUNDES
SILVÂNIA FREITAS CAMPOS
SUELY DE OLIVEIRA DIAS**

BELO HORIZONTE, 2014

**UFMG - UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAE)
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA E. E. JOAQUIM TEIXEIRA
DE BRITO: UMA VISÃO HUMANIZADORA DA EDUCAÇÃO**

Projeto Político Pedagógico apresentado como requisito necessário para conclusão das atividades desenvolvidas na Sala Ambiente Projeto Vivencial sob orientação da Professora Mariângela Rodrigues Lima Machado do Curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

BELO HORIZONTE, 2014

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	03
2. FINALIDADES DA ESCOLA	04
3. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	06
3.1 Estrutura Organizacional Administrativa	06
3.2 Estrutura Organizacional Pedagógica	08
4. CURRÍCULO	10
5. TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES	11
6. PROCESSOS DE DECISÃO	18
7. RELAÇÕES DE TRABALHO	20
8. AVALIAÇÃO	25
9. CONSIDERAÇÕES FINAIS	26
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	28

1. INTRODUÇÃO

A Escola Estadual Joaquim Teixeira de Brito está localizada na rua Clemente Antunes de Almeida, nº 664, Distrito do Barreiro Branco, Catuti–MG, telefone (38) 9866-6545. Estadualizada em 1994 pelo parecer nº 164/04, publicado no Diário Oficial de MG de 10/03/1994 ofertando os anos iniciais do ensino fundamental, ensino médio, educação de jovens e adultos, curso normal de nível médio, curso técnico de informática. A escola foi construída em uma área de 5.000m² com 12 salas de aula, laboratórios, supervisão, biblioteca, direção, secretaria, sala de recurso, sala de vídeo, pátio coberto, quadra poliesportiva, conta com diversos equipamentos: 02 aparelhos de televisão, 03 data show, 36 computadores para uso dos alunos, 04 notebooks e 03 computadores para uso administrativo e pedagógico, 09 impressoras/ copiadoras, 01 lousa interativa, brinquedos e materiais pedagógicos diversos, tablets para uso dos professores de ensino médio.

A escola conta com uma matrícula efetiva de 380 (trezentos e oitenta) alunos distribuídos nos três turnos. Esta Unidade de Ensino recebe alunos de várias comunidades circundantes que são oriundos em sua maioria de escolas municipais, com nível socioeconômico baixo, tem dificuldades na aprendizagem, são provenientes de famílias pobres que vivem com menos de R\$ 100,00 (cem) reais por mês. Mesmo assim, o educandário já citado se tornou um marco de desenvolvimento intelectual na região, uma vez que levou a cultura, lazer e conhecimentos a esta população. Por ser a única na região, a escola tem ampliado seu atendimento em todos os níveis de ensino oferecendo a seus alunos a oportunidade de formação. Atualmente esta instituição conta com 05 turmas de Ensino Fundamental (anos iniciais), 05 turmas do Ensino Fundamental (anos finais), 02 turmas da EJA – Ensino Fundamental (Educação de Jovens e Adultos), 03 turmas do Ensino Médio, 01 turma de Normal Médio - Professor de Educação Infantil e 01 turma de PRONATEC totalizando 16 turmas funcionando em três turnos. Também atende 03 turmas de Tempo Integral. A escola conta com 01 diretora, 02 vice-diretores, 01 secretário, 03 auxiliares técnicos administrativos, 09 auxiliares da educação básica, 01 professora de sala de recurso, 01 professor coordenador, 01 professor eventual e 36 professores, todos habilitados.

A proposta pedagógica da escola foi elaborada com participação de todos os segmentos da comunidade escolar, analisado e reelaborado anualmente, a escola conta com a boa aceitação e apoio da comunidade em suas atividades.

2. FINALIDADES DA ESCOLA

Vivemos um momento de mudanças generalizadas em virtude dos avanços tecnológicos dos sistemas eletrônicos de comunicação e informação. E acompanhando estes avanços a educação também tem se avançado na tentativa de reajustar os seus currículos para atender a era globalizada do século XXI.

A Escola Estadual Joaquim Teixeira de Brito, seguindo a esse novo paradigma dá condições para que os nossos alunos sejam sujeitos capazes de atuar como agentes de transformação da realidade, contribuindo na realização de sonhos e na construção da cidadania. Portanto, uma concepção humanizadora, referindo por completo, a formação do sujeito. É dever da escola garantir o conhecimento através de atos reflexivos, em grupo, problematizando a realidade e buscando soluções que darão significado ao saber adquirido.

De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para o ensino fundamental, Parecer CEB 04/98 são princípios importantes para a formação dos discentes, a saber: os princípios éticos da responsabilidade, da solidariedade e do respeito ao bem comum; os princípios políticos dos direitos e deveres, do exercício da criatividade e do respeito à ordem democrática; os princípios estéticos da sensibilidade, da criatividade e da diversidade de manifestações artísticas e culturais.

Queremos que os nossos discentes compreendam sobre uma concepção de homem livre, comprometido com a construção do seu conhecimento de forma prazerosa, atuante e consciente do seu papel na sociedade. Como afirmam Dourado, Oliveira e Santos (2010, p 3):

O exame da realidade educacional, sobretudo em vários países da Cúpula das Américas, com seus diferentes atores individuais e institucionais, evidencia que são diversos os elementos para qualificar, avaliar e precisar a natureza, as propriedades e os atributos desejáveis ao processo educativo, tendo em vista a produção, organização, gestão e disseminação de saberes e conhecimentos fundamentais ao exercício da cidadania.

Buscamos nesses autores a confirmação de que com o avanço da globalização cada país reinventa um princípio que irá reger o processo de ensino aprendizagem conforme seu contexto histórico e cultural.

É necessário que hoje as escolas busquem variedades de veículos de informações e importem para as salas de aula nas diversas áreas do conhecimento, pois sabemos que o conhecimento tecnológico deve ser uma premissa importante a ser discutida e incrementada no currículo uma vez que no meio social existe um emaranhado de variedades de veículos de comunicação o que importa, por certo, é saber acessá-las e utilizá-las de acordos com as exigências da sociedade.

Nesse entendimento e insistindo ao que já escrevemos nas primeiras linhas a escola define sua missão como aquela que possa garantir um ensino de qualidade, onde os alunos sejam capazes de atuar como agentes de transformação da realidade, contribuindo na realização de sonhos e na construção da cidadania.

Verifica-se que os valores filosóficos, sociais, políticos, culturais e pedagógicos são apresentados nos princípios que a escola idealizou como sendo importantes para o desenvolvimento da pessoa humana, dentre os quais podemos descrever: é dever da escola garantir o conhecimento através de atos reflexivos, em grupo, problematizando a realidade e buscando soluções que darão significado ao saber adquirido, além de ofertar um ensino de qualidade, proporcionando oportunidade de condições para que os educandos desenvolvam competências e habilidades para resolver problemas, tomar decisões e, ainda, para que se tornem cidadãos críticos, criativos, responsáveis e conscientes de seu papel na sociedade.

Os marcos anuais desenvolvidos pela escola, propõem uma escola libertadora, inovadora para além dos programas estabelecidos. São vários os métodos que são abraçados na escola. Não idealizamos apenas um método, pois todos são válidos em alguns momentos para serem alavancados e disseminados. Como a pedagogia renovada, que em muitos momentos idealizamos cujo lema é

“aprender a aprender” e “aprender fazendo”. Do ponto de vista da concepção dos filósofos-mentores da Escola Nova, o propósito é chamar a atenção para a nova modalidade de aprendizagem e a mudança metodológica na construção do conhecimento, reconhecendo a autonomia e liberdade de expressão e pensamento da criança no seu diálogo com o conhecimento, valorizando a criatividade e a socialização, sem perder de vista o ideário educacional embutido na organização das atividades metodológicas.

Sendo assim as referências multidisciplinares em relação aos métodos são reescritas na escola de acordo com as vivências que encontramos. O que não pode acontecer é ofuscar as várias contribuições dos métodos de ensino que nos deu grandes educadores. Pensamos que todas são imprescindíveis para que o educador reorganize seus planejamentos abarcando a importância destas contribuições para a esfera educacional.

Vale descrever que é a educação o preceito fundamental para a construção da cidadania. É o que reforça o art. 205 de nossa Constituição Federal de 1988:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Logo, como vemos, todas as finalidades educacionais estão previstas em marcos legais que fortalecem a construção da cidadania com certa flexibilidade no currículo, com uma idealização de qualificação para o mundo do trabalho tal qual apresenta o ideário dos autores da comunidade escola da Escola Estadual Joaquim Teixeira de Brito.

3. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

A Escola Estadual Joaquim Teixeira de Brito está organizada pedagogicamente de acordo com a legislação de ensino atual e orientado pela

Secretaria Estadual de Ensino de Minas Gerais de forma que os professores devem promover, cumprir com eficiência o processo de desenvolvimento do educando, colaborando com o processo de desenvolvimento do local; tornando a educação escolar flexível e prazerosa na construção de conhecimentos.

3.1 Estrutura Organizacional Administrativa

Apresentamos a seguir dados importantes da Escola Estadual Joaquim Teixeira de Brito:

Tipologia: PO45BC2

Código: 239194

Endereço: Clemente Antunes de Almeida, 664.

E mail: escola.239194@educacao.mg.gov.br

Caixa Escolar: Cristiano Barbosa de Souza

CNPJ: 00.427.205/0001-39

Telefone: (38) 9866-6545

Diretor: Neurisvânia Freitas Fagundes

Vice-diretores: Neli Marlene, Eujácio Vieira Ramos.

Modalidade de Ensino: Ensino Fundamental e Médio

Turnos de funcionamento da escola: Matutino, Vespertino e Noturno.

A escola atende 380 alunos distribuídos nos três turnos desde os anos iniciais do ensino fundamental ao ensino médio, PRONATEC, EJA, curso normal de nível médio.

O prédio antigo foi construído em 1981, foram 17 anos funcionando uma Unidade de Ensino praticamente inservível em sua parte física, que precisava urgentemente de reformas, pois dificultava a sua administração e muitas vezes partes dos recursos financeiros eram destinadas a troca de lâmpadas, fechaduras e demais equipamentos que eram prejudicados pelo deficiente sistema elétrico, alvenaria e cobertura. Esses recursos financeiros foram e continuam sendo destinados à escola através de assinaturas de termos de compromissos com o Estado de Minas Gerais e União. As verbas são provenientes do FNDE, QESE e Merenda Escolar, além de verbas específicas. Os recursos são destinados à compra de equipamentos, manutenção e custeio e alimentação dos alunos.

Por todas essas dificuldades é que a Secretaria Estadual de Educação no final de 2011 autorizou a construção do novo prédio, para só então no próximo ano de 2012, finalizar a obra, para no início de 2013, funcionar as novas instalações. E agora com grande estrutura física, a Escola Estadual Joaquim Teixeira de Brito, funciona dentro de um espaço amplo com 12 (doze) salas de aula, 02 (dois) laboratórios, 01 (uma) Central de Línguas, 01 (uma) brinquedoteca, 02 (dois) Laboratórios de Biologia e Química, 01 (uma) sala de Direção, 01 (uma) sala de Vice - direção, 01 (uma) sala de supervisão, 01 (uma) sala de professores, 01 (uma) sala de secretaria, 01 (uma) cantina, 01 (uma) quadra coberta, 01 (um) vestiário com 04 (quatro) sanitários, 02 (dois) banheiros PNE (Portador de Necessidades Especiais), 02 (dois) banheiros femininos e 02 (dois) masculinos.

Podemos afirmar que o corpo administrativo da Escola Estadual Joaquim Teixeira de Brito é composto de profissionais altamente qualificados e experientes, com grande vivência e conhecimentos atuais e abrangentes na área de educação. Baseadas neste sólido alicerce, as atividades de planejamento, direção, coordenação são realizadas com dedicação, eficiência e espírito inovador, visando sempre oferecer a todos os usuários da escola o melhor em qualidade de serviços, com rapidez, segurança e transparência.

Enfim, podemos dizer que Direção é o órgão executivo responsável pela administração dos serviços escolares no sentido de atingir os objetivos educacionais propostos. O Diretor é o representante legal e responsável pela coordenação do funcionamento geral do Estabelecimento de Ensino.

3.2 Estrutura Organizacional Pedagógica

As Escolas da Rede Estadual de Ensino adotarão, como norteadores de suas ações pedagógicas, o que está estabelecido na Resolução SEE/MG nº 2197 baseando-se nos princípios, éticos, políticos e estéticos.

Com referência ao corpo docente, todos os professores contam com formação acadêmica de licenciatura plena específica. Além de sua formação, os professores sempre estão adquirindo conhecimentos através de programas de formação continuada oferecidos pela SEE-MG e outros órgãos estatais e privados.

Os professores são comprometidos com o que fazem e sempre estão levantando questionamentos em relação ao ensino/ aprendizagem e organização da documentação dos alunos e servidores desta Unidade de Ensino. No que se refere aos ajudantes de serviços gerais, destacamos que possuem o ensino médio.

A interação Escola/ Órgãos Centrais como MEC, SEE-MG e SRE se dá através de Legislação Específica, porém é uma relação de trocas, tanto de experiências como de resultados, os órgãos citados sempre estão presentes nesta Unidade de Ensino representados por inspetores, serviço pedagógico dentre outros. A Escola também se faz presente dentro destes órgãos através da direção e serviço pedagógico além do corpo discente e docente.

Atualmente a Escola conta com 05 turmas de Ensino Fundamental (anos iniciais), 05 turmas do Ensino Fundamental (anos finais), 02 turmas da EJA (Educação de Jovens e Adultos), 03 turmas do Ensino Médio, 01 turma de Normal Médio - Professor de Educação Infantil e 02 turmas de PRONATEC totalizando 16 turmas funcionando em três turnos, matutino (07:00 às 11:30), vespertino (13:00 às 17:30) e noturno (18:30 às 23:00). Também atende 05 turmas de Tempo Integral.

Considerando a necessidade de repensar o fazer pedagógico escolar e de elaborar um PPP objetivo apontando as finalidades e tarefa educativa, numa sociedade democrática e em constantes mudanças e seu compromisso em executá-las tais propostas foram repensadas, para nortear ainda mais o trabalho do corpo docente e pedagógico no sentido de proporcionar uma educação de qualidade que corresponda à concepção atual de educação e que tenha como objetivo o cidadão que pretende formar.

Todos os marcos descritos como eventos na escola são trabalhados em forma de projetos, onde traçamos coletivamente as metas a serem alcançadas em cada tema gerador trabalhado. Não somente os eventos fora da sala de aula como os que acontecem na própria sala de aula. Consideramos que o projeto deve ser trabalho dando vida ao conteúdo tornando a escola mais atraente. Como dissemos anteriormente, os marcos anuais, ou seja, os eventos realizados, tais como: carnaval, festa das mães, festa junina, cavalgada, festival de ciclismo, comemoração ao dia do estudante, dia dos pais, consciência negra (a maioria dos alunos são de etnia negroide), propiciam uma relação de carinho e afeto para com a comunidade.

Realizamos diversos projetos que visam o desenvolvimento das habilidades básicas e avançadas do corpo discente. Podemos citar o PIP (Programa de Intervenção Pedagógica) e demais projetos de reforço escolar, projetos de literatura, projetos de aula de informática. Sempre se leva em conta a preocupação com a formação de valores voltados para a dignidade humana.

O mais importante no trabalho com projetos não é a origem do tema, mas o tratamento dispensado a ele, pois é preciso saber estimular o trabalho a fim de que se torne interesse do grupo e não de alguns alunos ou do professor, só assim o estudo envolverá a todos de maneira ativa e participativa nas diferentes etapas.

Por fim, destacamos que a Coordenação Pedagógica é responsável pelo cumprimento da política do Estabelecimento de Ensino com a finalidade de assegurar a qualidade do ensino. O Coordenador assessora pedagogicamente o Diretor, auxiliando e monitorando o trabalho docente, condenando o conselho escolar, as reuniões pedagógicas e de planejamento que acontecem semanalmente na escola. O planejamento é tratado com muita importância por todos os envolvidos no processo pedagógico.

4. CURRÍCULO

Entendemos que o currículo é a orientação do que deve ser seguido e trabalhado na instituição escolar, e que é um importante elemento construtivo na instituição, pois se refere à organização do conhecimento. O currículo é o plano da escola que vem pré-estabelecido pela SEE tendo as disciplinas distribuídas na sua carga horária. São elementos complementares os Conteúdos Básicos Comuns (CBC) e outros que contemplem a necessidade do aluno.

Anualmente é feita a seleção dos conteúdos pelos professores de cada disciplina, por série/ano de escolaridade contemplando as capacidades, habilidades e metodologias relacionadas com os mesmos, relacionando-os aos livros didáticos e paradidáticos.

Conforme o Título III da Resolução SEE nº 2197 de 26 de outubro de 2012 nos Artigos 56 e 57, temos que:

§ 1º: Na implementação do currículo, evidencia-se a contextualização e a interdisciplinaridade, ou seja, formas de interação e articulação entre diferentes campos de saberes específicos, permitindo aos alunos a compreensão mais ampla da realidade.

§ 2º: A interdisciplinaridade parte do princípio de que todo conhecimento mantém um diálogo permanente com outros conhecimentos e a contextualização requer a concretização dos conteúdos curriculares em situações mais próximas e familiares aos alunos.

O Plano Curricular do Ensino Fundamental e Ensino Médio, expressão formal da concepção do currículo da escola, decorrente de seu Projeto Político Pedagógico, contém a Base Nacional Comum, definida nas diretrizes curriculares, e uma Parte Complementar Diversificada, definida a partir das características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela.

A escola deve seguir o currículo preestabelecido, mas possui autonomia para adequá-lo a sua realidade, inserindo em seu contexto, realizando um trabalho multidisciplinar, assim os conteúdos se tornaram atrativos atendendo os anseios dos alunos e comunidade.

Discorda-se da reflexão feita pela autora Alice Cassimiro Lopes em “Discursos nas Políticas de Currículo”, pois a escola em questão entende e adéqua o currículo proposto, preocupando-se em educar o aluno em seu contexto histórico cultural atrelando o conhecimento ao mesmo. As avaliações externas oferecem às instituições a oportunidade de aprender com seus erros e incentivar a comunidade a repensar e atuar na melhoria de seus resultados e conseqüentemente na oferta de seu currículo.

A escola observa o que é proposto, mas realiza adequações objetivando a melhoria do processo ensino aprendizagem que somente acontece com a satisfação de todos os envolvidos no processo.

5. TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES

A cada fase da vida o aluno aprende de acordo com a sua fase: infância, adolescência... A escola deve sempre valorizar as atividades realizadas extraclasse para que haja a consolidação da aprendizagem. A escola organiza seu tempo e considera a realidade social, familiar e cultural dos alunos. Por isso, o Calendário Escolar elaborado pela Escola, encontra-se de acordo com os parâmetros definidos em norma específica, publicada anualmente pela Secretaria de Estado de Educação

– SEE, discutido e aprovado pelo Colegiado e amplamente divulgado, tendo a aprovação da Inspeção Escolar. Confirmamos que existe o cumprimento das atividades nele previstas dentro de 200 (duzentos) dias letivos e carga horária de 800 horas, para os anos iniciais, e de 833 horas e 20 minutos, para os anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio. São considerados dias letivos todas as vezes que se reúnem alunos e professores para realização de atividades pedagógicas e dias escolares todas as vezes que são realizadas reuniões administrativas e pedagógicas.

Há necessidade contínua dos professores de preparação pedagógica, com objetivo de adotar métodos de ensinamentos atualizados, com utilização de técnicas diversificadas, não se limitando apenas no repasse de conhecimento. Dessa forma, o planejamento pedagógico é realizado pelo especialista semanalmente no atendimento individual de cada professor e, em grupo mensalmente, com estudos e capacitações. É proposta deste educandário incentivar o resgate da autoestima dos profissionais da educação, ampliando cada vez mais a sua participação em processos de Capacitação, ou seja, processos permanentes de construção do conhecimento, através de cursos oferecidos pela SEE, e buscando parceiras com o Instituto Superior de Educação Verde Norte e outras instituições ligadas ao nosso Sistema de Ensino.

A escola também proporciona o módulo II como troca de experiências, acompanhamento pedagógico para o professor em tempo agendado, além de reuniões e capacitações que são realizadas sempre que necessário, abordando temas como: inovação da prática pedagógica, redimensionando a construção do conhecimento. Todas com o principal objetivo: aprimorar pessoal e profissionalmente cada funcionário.

A escola oferece as seguintes modalidades de ensino:

O Ensino Fundamental

O Ensino Fundamental, com duração de nove anos, estrutura-se em 4 (quatro) ciclos de escolaridade, considerados como blocos pedagógicos sequenciais sendo ciclo da alfabetização, complementar e intermediário e de consolidação.

Sendo oferecidos no matutino os anos iniciais do ensino fundamental (1º ao 5º ano) e anos finais do ensino fundamental (6º ao 9º).

Ensino Médio

O Ensino Médio, etapa conclusiva da Educação Básica, possui duração de 3 (três) anos (1º, 2º e 3º ano) sendo ofertados no vespertino e noturno.

Conforme Resolução SEE nº 2197/2012 os Componentes Curriculares obrigatórios do Ensino Médio que integram as áreas de conhecimento são os referentes à: linguagens, matemática, ciências da natureza e ciências humanas.

Educação de Jovens e Adultos

A Educação de Jovens e Adultos – EJA atende alunos acima de 15 anos que concluíram o ensino fundamental anos finais em regime presencial no turno noturno.

A Educação de Tempo Integral

A Educação Escola em Tempo Integral – PROETI objetiva a ampliação do tempo escolar dos alunos, maiores oportunidades para a intervenção pedagógica e formação social e cultural dos mesmos.

A jornada escolar ampliada tem a duração mínima de 03 (três) horas diárias durante todo o ano letivo e visa complementar a formação além da Escola, com a participação da família e da comunidade. As atividades da jornada ampliada são desenvolvidas dentro do espaço escolar, conforme a disponibilidade da Escola, ou fora dele, em espaços distintos da cidade ou do entorno em que está situada a unidade escolar, mediante as parcerias estabelecidas.

A escola desenvolve o Projeto Estratégico Educação Escola em Tempo Integral, autorizado pela SRE de Janaúba em Abril de 2009, com o funcionamento de 05 turmas no turno vespertino atendendo alunos do 1º ao 5º ano e 01 turma também no turno vespertino atendendo alunos do 6º ao 9º ano, funcionando até o término do ano letivo, cujos objetivos são: levar qualidade do ensino ao aluno, promover o adiantamento daqueles com defasagem e atender as suas necessidades educacionais e sociais por meio da extensão do tempo de permanência do aluno na

escola. Os educandos desenvolvem atividades de linguagem e matemática, artísticas e esportivas- motoras, além de formação social, todas elas voltadas para o aprendizado.

Curso Técnico de Informática – PRONATEC

A Bolsa Formação do PRONATEC funciona na forma concomitante atendendo alunos matriculados no ensino médio com o intuito de oferecer formação profissional e tecnológica. A organização curricular dos cursos técnicos de nível médio leva em consideração a demanda a ser atendida, suas necessidades e a inserção no mercado de trabalho.

A avaliação se dá a partir das atividades desenvolvidas, sendo 60 % (sessenta por cento) para avaliações e testes e 40 % (quarenta por cento) para trabalhos e pesquisas, cujo objetivo é a verificação da aprendizagem bem como do trabalho realizado.

Curso Normal - Professores da Educação Infantil

O Curso Normal Professor da Educação Infantil é organizado em regime semestral de 100 dias letivos, 20 de semanas letivas, 20 módulos aula de 50 minutos. O curso terá a duração de 1 ano e 1 semestre. A prática de formação inclui observação, participação e iniciação profissional com carga horária de 500 horas e intervenção no processo de aprendizagem com 300 horas, perfazendo um total de 800 horas. São destinadas estratégias que possibilitam a compreensão de diferentes situações de vivência, aprendizagem e experiências através de:

- Utilizar recursos audiovisuais tecnológicos;
- Realizar atividades individuais e/ou em grupo;
- Realizar aulas expositivas dialogadas explorativas e explicativas;
- Realizar atividades de reforço quando forem detectadas dificuldades de assimilação do conteúdo;
- Propor atividades em folhas xerocopiadas;
- Propor e realizar atividades de leitura de palavras, frases e textos;

- Realizar trabalhos individuais e/ ou em grupos;
- Revisão dos conteúdos estudados sempre que forem detectadas dificuldades de assimilação dos conteúdos;
- Dar assistência individual nas carteiras dos alunos que apresentarem dificuldades de aprendizagem;
- Fazer recuperação paralela dos alunos que não alcançaram os objetivos propostos;
- Desenvolver debates com os alunos sobre conteúdo estudado;
- Realizar correção das atividades e testes para análise dos erros cometidos pelos alunos;
- Fazer pesquisas em dicionários, internet e outros meios para expandir o conhecimento.

A avaliação do desempenho do aluno acontecerá de forma contínua levando sempre em consideração os aspectos qualitativos da aprendizagem. Os instrumentos e situações de avaliação adotadas pela Escola podem ser os mais variados: escritos, orais, trabalhos, pesquisas individuais, em dupla, em grupo. Cabe ao professor observar, interpretar, investigar e buscar acompanhar o processo de construção do conhecimento do aluno e identificar seus progressos, ou seja, a comparação entre os objetivos propostos e as aprendizagens alcançadas ao final do período letivo. A avaliação será expressa em pontos cumulativos, numa escala de 0 (zero) a 100 (cem), por conteúdos curriculares, distribuídos pelo Conselho de Classe em cada disciplina.

Acompanhamento e avaliação do desenvolvimento do aluno

O Professor realizará a avaliação por meio de: observação sistemática, utilizando alguns instrumentos, como registro em tabelas, listas de controle, diário de classe, ficha de acompanhamento, autoavaliação; pesquisas; relatório; prova operatória; debates; análise de produções, trabalhos, avaliações e outros. Nesse sentido compreendemos que todas as atividades e tarefas escolares são instrumentos de avaliação. Os trabalhos em grupo, em equipes, em duplas, os testes e provas individuais ou em duplas, os deveres de casa, criação de jornais,

produção de texto, relatos gráficos, relatórios, eventos culturais a observância do desempenho dos alunos, o desenvolvimento do espírito crítico, do respeito. A observação do desenvolvimento do uso da leitura e escrita como instrumento de comunicação social, o uso e elaboração do raciocínio lógico, matemático.

A escola ainda deve organizar diferentes estratégias para ampliar as oportunidades de aprendizagem e de avaliação dos alunos, oferecendo no decorrer do ano letivo e após o mesmo.

Os estudos de recuperação se destinam ao aluno que apresenta dificuldades e tem como objetivo corrigir deficiências na aprendizagem dos conteúdos ministrados e será paralela, ou seja, deve acontecer no momento em que a deficiência se apresentar. Esses estudos constituem oportunidades diversificadas e diferenciadas no processo de aprendizagem do aluno, tendo em vista a melhoria do seu aproveitamento. No momento em que diagnosticar a deficiência do aluno, cabe à escola e principalmente ao professor, ministrar atividades planejadas para cada conteúdo a ser recuperado. As atividades destinadas à recuperação serão planejadas, acompanhadas e avaliadas pelo corpo docente e especialista da escola, devendo também envolver a direção e outros.

Destaca-se que para a recuperação dos alunos com dificuldades de aprendizagem deverão ser utilizadas as seguintes estratégias:

- Atendimento em outro horário ou no mesmo horário, com o professor recuperador quando possível;
- Reprogramação dos processos e métodos de ensino para representação do conteúdo não vencido;
- Grupos diversificados de trabalhos, em sala de aula, onde uns ajudam os outros;
- Utilização de monitoria em sala de aula, aproveitando os alunos de melhor desempenho;
- Atividades diversificadas, atraentes, criativas que instiguem o aluno a pensar.

O trabalho da recuperação paralela deverá ser planejado pelos professores em conjunto com o Serviço Pedagógico e Direção da Escola, devendo ser acompanhados e avaliados os seus resultados para fins de replanejamento, se

necessário. São organizadas variadas estratégias de recuperação da aprendizagem definidas em seu Plano de Intervenção Pedagógica, são elas: progressão continuada e progressão parcial. As formas de recuperação conforme definidas na Resolução SEE 2197/2012 são oferecidas através de estudos contínuos de recuperação, estudos periódicos de recuperação, estudos independentes de recuperação. Considera-se como aproveitamento de estudo o sistema de pontos, no qual o aluno poderá conseguir, durante o ano letivo, 100 (cem) pontos, que serão distribuídos por bimestres, sendo 50 % (Cinquenta por cento) para trabalhos, 40% (quarenta por cento) para avaliações e 10 % (dez por cento) para o processo de formação do aluno (Atitudes e Valores éticos, Compromisso e Assiduidade, Criatividade e Criticidade) da seguinte forma:

1° Bimestre – 20 pontos – média 12 pontos

2° Bimestre – 30 pontos – média 18 pontos

3° Bimestre – 20 pontos – média 12 pontos

4° Bimestre – 30 pontos – média 18 pontos;

Para alcançar a aprovação, o aluno precisa obter 60% (quantidade mínima) da nota anual. O Boletim Escolar fornece informações sobre o desenvolvimento do aluno, possibilitando aos pais e ao próprio aluno refletir sobre as evoluções da aprendizagem, identificar as dificuldades e propor alternativas para assegurar o sucesso escolar. A Ficha de Transferência acompanha o aluno em caso de transferência durante e ao final do ano de escolaridade do ciclo, contendo de forma sucinta, os registros extraídos da Ficha de Acompanhamento do aluno relativos à frequência, os conteúdos curriculares ministrados, seu processo de formação, os indicadores de progresso do aluno e ainda recomenda.

Para este educandário, os resultados são importantes porque apontam em que aspectos a ação docente deve ser modificada ou adaptada de forma a atender às necessidades de desenvolvimento da turma. As modificações e/ou adaptações podem incluir uma orientação dos conteúdos, a criação de novas atitudes, uma nova programação de exercícios, a construção de novas relações professor/aluno e aluno/professor, a busca de maior interação entre escola e família.

Os resultados das avaliações do SIMAVE (Sistema Mineiro de Avaliação da Educação) são destinados aos alunos do 5º e 9º ano do Ensino Fundamental e 3º

ano do Ensino Médio e tem por objetivo diagnosticar e oferecer informações relevantes ao estado para orientar a formulação de políticas públicas, bem como oferecer a escola subsídios para redirecionar seu projeto pedagógico, visando torná-la mais eficaz. Ressaltamos que esse também é o objetivo da Avaliação Censitária, destinada aos alunos do 3º ano do ciclo inicial da alfabetização, cujo resultado demonstrou que existe diferença de aprendizagem em algumas regiões de Minas. Fazendo-se necessário adotar medidas de caráter extraordinário que virão sanar o foco da dificuldade detectada através do Plano de Intervenção Pedagógica que tem como finalidade analisar os resultados das avaliações externas, verificando os alunos de baixo desempenho e desenvolver metas para o melhoramento da leitura, escrita e interpretação.

Outro resultado obtido que vem auxiliando muito o trabalho de redirecionamento do ensino e da aprendizagem são as Olimpíadas Mineira e Nacional, desempenhando um papel fundamental, no estímulo a participação e competição entre alunos etapa por etapa.

6. PROCESSOS DE DECISÃO

O diretor busca desenvolver uma gestão de escola democrática, compartilhando decisões e informações, preocupando-se com a qualidade da educação e com a relação custo benefício, buscando a transparência (capacidade de deixar claro para a comunidade como são usados os recursos da escola, inclusive os financeiros). É importante apontar que o diretor deve descentralizar o poder, incentivando a participação e respeitando as pessoas e suas opiniões e desenvolver um clima de confiança entre os vários segmentos da comunidade escolar.

No estado, como todos sabem, há o processo de eleição que ocorre de 4 em 4 anos, mas o estado não cumpre os prazos em virtudes de algumas situações, das quais não sabemos responder das mudanças dos tempos destinados ao período de gestão nas escolas. Destacamos que o processo de escolha dos profissionais que atuam nesta escola segue a legislação em vigor para Organização do Quadro

Pessoal das Escolas e Designação para o exercício de Função Pública da Rede Estadual que acontece por meio de votos de todos os segmentos que compõem a comunidade escolar, de forma democrática, ética e transparente, promovendo a cidadania em todo âmbito escolar.

A gestão democrática e participativa na escola é importante para que existam espaços onde os diversos segmentos possam atuar. São vários instrumentos na construção desses espaços, a saber:

Conselho escolar/colegiado: Tem como objetivo acompanhar o desenvolvimento da prática educativa, sendo mais um espaço no interior da escola que permite as pessoas o exercício da cidadania. Composto por representantes de todos os segmentos da escola, titulares e suplentes com eleições a cada dois anos, com funções consultivas e deliberativas e age em sintonia com os setores administrativo, financeiro e pedagógico.

Conselho de Classe: Órgão de natureza consultiva e deliberativa com representantes de todos os segmentos da escola cuja responsabilidade é analisar ações educacionais voltadas ao ensino/aprendizagem, além de ser um espaço de reflexão pedagógica e de busca por alternativas para as dificuldades de aprendizagem. O conselho de classe presente na organização desta escola tem como função primordial analisar e acompanhar o desenvolvimento do aluno em todo o processo ensino aprendizagem e, conseqüentemente, a prática docente. É a oportunidade de discutir, a luz dos objetivos propostos, as dificuldades enfrentadas, a parcela de responsabilidade de cada um em todo o processo e principalmente estratégias que serão adotadas para que todo o conjunto alcance seus objetivos.

Conselho Tutelar: O presente órgão tem como atribuição zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente. Sendo o principal instrumento de participação comunitária na aplicação das medidas judiciais e na fiscalização da ação concreta nesse campo. No Distrito em que está situada a escola, o Conselho Tutelar não está presente diariamente, pelo fato de ter sua sede situada na Cidade de Catuti, a vinte e dois quilômetros de distância, dificultando assim, a sua melhor e mais rápida atuação. Enfrentando dessa forma, certa demora no atendimento dos casos a ele direcionados. Mas, a escola mantém um estreito relacionamento com o

Conselho Tutelar da região e busca ajuda sempre que necessário através da comunicação e socialização da transparência de suas ações. Todavia, é necessário ressaltar que só o fato da criação desse órgão já é muito importante porque se tem um forte aliado na busca da garantia do direito à educação.

Líder de Classe: Cada turma escolhe o seu líder num processo democrático de decisão mediado pelo especialista. O líder é o aluno que irá representar a turma nos conselhos de classe durante o ano letivo.

Professor Coordenador: Escolhido no início do ano, através de eleição em sala de aula, auxiliado pelo especialista esse professor será o mediador e orientador da turma nos eventos e atividades escolares, etc.

Avaliar faz parte da necessidade de se conhecer a realidade escolar oferecendo subsídios para as ações da escola, por isso a escola realiza avaliação de desempenho de seus servidores conforme exigências da Secretaria Estadual de Educação de Minas Gerais. Existe uma comissão formada por servidores indicados pelos seus pares que anualmente se reúne para realização do processo de avaliação, existe também o acompanhamento das ações realizadas semestralmente. A escola realiza duas vezes ao ano a avaliação institucional onde são avaliados os processos pedagógicos, administrativos e financeiros, a equipe diretiva e o trabalho docente, essa avaliação é realizada por toda comunidade escolar.

7. RELAÇÕES DE TRABALHO

A organização do trabalho pedagógico no interior da escola está calçada nas atitudes de solidariedade, de participação colegiada, na divisão do trabalho. A direção juntamente com a equipe pedagógica realiza ao longo do ano letivo capacitações, oficinas e momentos de estudo e reflexão da prática pedagógica com seus professores e demais servidores. A SEE/MG em parceria com a Superintendência Regional de Ensino de Janaúba realiza no decorrer do ano encontro entre educadores da regional, capacitações para os diversos servidores, além da divulgação de material instrucional para as escolas e parceria das mesmas com a SRE, fortalecendo assim o trabalho realizado.

Disciplinas e formação éticas dos alunos

A escola pratica a justiça, incentiva a responsabilidade pessoal, a tolerância, a liberdade de expressão e generosidade, bem como propõe projetos e situações de reflexões. Vale destacar que em um dos projetos propostos, os alunos analisaram os valores humanos e montaram coletivamente o Código de Convivência dos Alunos, que consta no regimento da escola.

Deveres: compete ao pessoal docente

São deveres dos professores:

- 1-Participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento;
- 2-Elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;
- 3-Zelar pela aprendizagem dos alunos;
- 4-Estabelecer estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento;
- 5-Ministrar os dias letivos e horas-aulas estabelecidas, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, avaliação e ao desenvolvimento profissional;
- 6-Reunir-se na escola para avaliação coletiva das ações desenvolvidas, estudo e redimensionamento do processo pedagógico;
- 7-O período de trabalho a que se refere o item anterior inclui-se na carga horária normal do professor, que deve planejar atividades curriculares a serem desenvolvidas pelos alunos;
- 8-Acatar as decisões da diretoria e demais autoridades de ensino;
- 9-Atribuir bimestralmente a todos os alunos sob sua responsabilidade os conceitos e faltas na forma determinada na lei em vigor e entregá-los na secretaria, nos prazos marcados pela diretoria e serviço pedagógico da escola;
- 10-Colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade;

11-Colaborar e participar com a diretoria da escola da organização e execução de atividades complementares de caráter cívico, cultural recreativo e reuniões programadas;

12-Comparecer às reuniões pedagógicas e do conselho de classe quando convocado pelo diretor e/ou serviço pedagógico;

13-Cumprir os dias afixados no calendário escolar e os horários escolares;

14-Elaborar e cumprir o plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;

15-Estar presente na sala de aula na hora marcada para início das atividades;

16- Fornecer ao serviço pedagógico da escola informações sobre seus alunos;

17-Manter contato com os pais ou responsáveis informando-os e orientando-os sobre o desenvolvimento do aluno;

18-Manter e fazer a disciplina na escola, em sala de aula e fora dela, de tal maneira que as atividades escolares se desenvolvam em um ambiente de ordem e respeito;

19-Manter rigorosamente em dia a escrituração dos diários de classe que deverá ser feita com máxima clareza, precisão, sem emenda e/ou rasuras.

20-Respeitar a diferença individual do aluno, sua possibilidade e limitações, mantendo-o em classe no período de aula;

21-Responder pela ordem em sala de aula, pelo bom uso do material didático;

22-Ser pontual;

23-Zelar pela aprendizagem dos alunos, tomando todas as providências para que haja aprendizagem;

24-Zelar pelo bom nome da escola, dentro e fora dela.

Direitos do pessoal docente

São direitos dos professores:

1-Exigir tratamento e respeito condigno a sua missão de educador;

2-Requisitar o material didático que julgar necessário as aulas, dentro das possibilidades da escola;

3-Utilizar livros e materiais didáticos necessários ao exercício de suas funções;

4-Receber incentivos para realização de trabalhos didáticos ou técnico-científicos, referente à sua função;

5-Usufruir as demais vantagens previstas na lei.

São deveres do pessoal discente

1-Abster-se de atos que perturbem sua ordem, ofendam os bons costumes ou importem em desacato às leis, às autoridades escolares ou aos professores, funcionários, bem como aos representantes de turma, no uso de suas atribuições;

2-Acatar a autoridade do diretor, dos professores e demais funcionários da escola, tratando-os com urbanidade e respeito;

3-Acatar rigorosamente as proibições referentes à introdução e uso de bebidas alcoólicas, tóxicos, cigarros e similares, no recinto da escola, que possam conduzir à aquisição e fixação de hábitos nocivos, à saúde e à sociedade;

4-Agir com prioridade na execução dos trabalhos e testes escolares;

5-Comparecer às comemorações cívicas, sociais, culturais e religiosas promovidas pela escola, dentro ou fora dela, portando-se com irrepreensível conduta;

6-Comunicar, por escrito, à Secretaria da Escola, o seu afastamento temporário ou definitivo, por motivo de saúde e outros;

7-Contribuir no que lhe couber para o prestígio da escola;

8-Cumprir o horário determinado pela diretoria;

9-Zelar pelo patrimônio da escola, não escrevendo nas carteiras, mesas e paredes;

10-Conservar a limpeza dos corredores, pátios, banheiros, salas de aulas, bibliotecas e demais dependências, sempre jogando lixo nas lixeiras;

11-Permanecer na sala de aula durante a troca de professores;

12-Não circular nos pátios e corredores nos horários das aulas;

13-Respeitar colegas, professores e funcionários, evitando apelidos, vaias, brincadeiras desagradáveis e agressivas;

14-Usar quando possível, o uniforme com calça, bermuda ou saia comprida de forma respeitosa;

15-Pegar quantidades certas de merenda, para evitar desperdícios;

16-Não adotar processos fraudulentos na realização de avaliações, trabalhos, teste e exercícios.

Vedações aos discentes

1-Agressão física ou moral aos colegas;

2- Alterar mensagens ou avisos afixados pelo Diretor ou por ele autorizados;

3-Depreciar, emendar ou rasurar qualquer escrituração relativa à sua vida escolar ou de outrem;

4-Atitudes provocadas de indisciplina;

5-Ausentar-se da escola sem permissão do diretor ou funcionário responsável pelo turno, ou ainda sem autorização dos pais e/ou responsável;

6-Deixar de assistir aulas, estando na escola;

7-Entrar na sala de aula ou dela sair, durante as aulas sem a permissão do professor;

8-Entrar para assistir as aulas após ter dado o sinal para início do primeiro horário, salvo quando autorizado pela direção e/ou serviço pedagógico;

9-Incitar ausência e impedir a entrada de colegas na escola;

10-Ler ou trazer para a escola livros, revistas, periódicos, boletins, escritos e gravuras que atentem contra a moral, bons costumes, ordem e disciplina da escola;

11-Praticar atos que perturbem a ordem e ofendam os bons costumes ou importem em desacato às leis, bem como iniciativas e/ou participar de manifestações ofensivas às autoridades, pessoas ou instituições;

12-Tomar iniciativa ou adotar qualquer definição em que envolva o nome da escola sem estes expressamente autorizados pelo Diretor;

13-Trazer e/ou usar quaisquer objetos perigosos para a integridade física e moral;

14-Praticar atitudes e/ou palavras em desacato ao Diretor, Professor, colegas e demais funcionários da escola;

15-Utilizar celulares dentro da sala de aula, sendo permitido o uso somente no pátio e no horário do recreio;

16-Namorar dentro da sala de aula;

17-Andar de bicicleta dentro da escola.

Das penalidades aos discentes

Constatado que houve o descumprimento de quaisquer deveres mencionados no item anterior, caberá à escola, registrar a ocorrência em livro próprio da turma, correspondente a série ou ano em que o aluno notificado estuda. Caberá à escola também o envio de comunicado, convocando o pai ou responsável para assinar na ocorrência, para que o mesmo fique ciente do ocorrido. E ainda, depois de acionada a família, se o descumprimento das regras persistirem, será lavrada uma segunda ocorrência, na qual impossibilitará a participação efetiva desse aluno nos eventos culturais, esportivos e festivos realizados na escola. Verificado ainda, que mesmo depois de duas ocorrências registradas, o aluno persista no descumprimento, o fato será comunicado ao Conselho Tutelar através de ofício, e esse deverá intervir com a família e a escola na resolução do problema de caráter disciplinar.

A escola e seus profissionais

A relação professor-aluno deve possibilitar o desenvolvimento de ações que favoreçam o dinamismo no processo ensino-aprendizagem. Ela deve se caracterizar por uma troca efetiva de experiências na construção do conhecimento, buscando extrapolar o modelo tradicional centrado na figura do professor transmissor do

conhecimento, que percebe o aluno como um ser passivo. Isso significa romper com as barreiras do autoritarismo, da passividade e da verticalidade, buscando desenvolver ações que privilegiem o diálogo e a interação, no sentido de construção coletiva do saber considerando a realidade social do aluno. Para garantir os ensinamentos acerca da democracia, é que foram criadas regras para discentes e docentes que servirão como incentivo ao respeito mútuo.

Os docentes recebem suas turmas através do direito do servidor que possui maior tempo na função, na escola e no Estado. A escola considera que o aluno deve estar no centro de todas as ações educativas e para isso há a valorização do trabalho do professor por meio do apoio pedagógico e material, capacitações, ações de incentivo a autoestima com palestras, confraternizações, momentos de lazer e interação em grupo. A escola também possui boa relação com a comunidade e realiza diversos eventos como a abertura da escola para a comunidade e atividades de valorização da família. A escola acredita que somente com a valorização dos envolvidos no processo educativo irá concretizar seus objetivos oferecendo educação de qualidade.

8. AVALIAÇÃO

Avaliação é um processo necessário no cotidiano escolar, a partir da mesma é possível nortear os trabalhos, direcionar e facilitar toda atividade pedagógica. A avaliação na E. E. Joaquim Teixeira de Brito é considerada como forte instrumento no fazer pedagógico. Destacamos que é realizada em vários momentos ao longo do ano letivo, a saber: pelos professores bimestralmente, pelo serviço pedagógico semestralmente, sempre com o objetivo de diagnosticar os avanços e deficiências do processo ensino/aprendizagem, são realizadas também as avaliações externas como PROEB, PROALFA, PROVA BRASIL, PAAE cujo objetivo é orientar as políticas públicas para a educação. Ressaltamos que essas avaliações vieram despertar nos funcionários da escola o interesse em investir melhor em seu trabalho.

A avaliação institucional também acontece por meio de questionário respondido pelos pais, a avaliação dos servidores acontece por meio do processo de avaliação de desempenho realizada anualmente por comissão formada através de indicação dos servidores. Os registros são realizados através de tabulação, gráficos

e atas. Para ser coerente com os princípios da flexibilidade curricular e da individualização do atendimento escolar, a avaliação deste educandário é uma ação processual e dinâmica de intervenção contínua no processo de construção do conhecimento, inerente à própria aprendizagem e tem como função básica acompanhar o desenvolvimento contínuo e progressivo do aluno. Ela fornece informações fundamentais para o professor interpretar o estágio de desenvolvimento do aluno e mapear os aspectos para os quais deve direcionar.

A Escola participa do programa de Avaliação da Escola Pública (SIMAVE/PROEB/PROALFA) envolvendo todos os alunos das turmas avaliadas, pais, servidores e colegiado. Essa avaliação possibilita à escola conhecer a qualidade do ensino que oferece e identificar onde e como pode melhorar, realizando uma auto avaliação de seus trabalhos. Além disso, a avaliação permite conhecer o desempenho dos alunos em aspectos cognitivos dos conteúdos curriculares, identificar nesses conteúdos os pontos críticos que necessitam maior atenção e intervenção imediata e prioritária para melhoria do ensino e da aprendizagem

9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Escola Estadual Joaquim Teixeira de Brito tem consciência da amplitude de sua função social, que vai muito além de transmissão de conhecimentos. A escola é uma instituição formadora de cidadãos para atuar no presente e transformá-los de forma consciente. A proposta pedagógica da Escola Estadual Joaquim Teixeira de Brito norteará as ações que serão desenvolvidas nessa instituição de ensino, visando o bom atendimento dos educandos, suas expectativas e as aspirações da comunidade. Esta proposta propõe e objetiva as metas a serem alcançadas mediante diagnósticos apresentados a comunidade escolar. Dessa forma, a escola dinamiza um planejamento participativo para renovar sua prática constantemente, garantindo sua autonomia pedagógica. Neste sentido, a ação participativa no processo de planejamento e sistematização dos objetivos a serem alcançados busca novos paradigmas para a aprendizagem de nossos educandos.

Temos o princípio de direcionar sempre os alunos em suas relações interpessoais, cognitivas e sociais, promovendo uma educação onde haja autonomia moral e intelectual. O marco referencial da proposta visa à formação de indivíduos capazes de gerir seu aprendizado com autonomia e que utilizem o patrimônio público como um bem pertencente a todos, exercitando assim a cidadania. O referencial pedagógico baseia-se na resolução de problemas, no diálogo e na reflexão conjunta, tanto no que se refere ao conteúdo programático quanto ao andamento da unidade escolar.

Esta proposta sustenta a necessidade de desenvolver as competências e habilidades básicas a cada nível de ensino; elaboração e execução de projetos visando superar as dificuldades encontradas pelos alunos, professores e demais funcionários, garantindo assim aquisição de conhecimentos e ampliação do repertório cultural e bom desempenho de todos nos seus devidos papéis na construção de uma escola ideal.

Para que esse projeto seja desenvolvido com sucesso é imprescindível o envolvimento de todos, a participação ativa, criativa e crítica de toda comunidade. Não existem manuais, cursos ou planos de carreira que assegurem a concretização de ideais de forma automática, mas é percebido que a criação de condições favorável desperta desejos, estimula vontades, assim é preciso intervir nas situações, pois nada é irreversível.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988.

CATUTI. **Projeto Político Pedagógico**. Escola Estadual Joaquim Teixeira de Brito, Catuti/MG, 2014.

CAVALIERE, Ana Maria. **Tempo de Escola e Qualidade na Educação Pública. Educação e Sociedade**, vol.28,nº100-Especial,p.1015-1035, out.2007.Disponível em [HTTP://www.scielo.br/pdf/es/v28n100/ a1828100.pdf](http://www.scielo.br/pdf/es/v28n100/a1828100.pdf). Acesso em 01/08/2014.

CURY, Carlos Roberto Jamil. O Direito à Educação: Um campo de atuação do gestor educacional na escola. In: **Escola de Gestores**. Fundamentos do Direito à Educação, 2009. Disponível em: <<http://moodle3.mec.gov.br/ufmg/file.php/1/gestores/direito/pdf/jamilcury.pdf>>. Acesso em 10 de agosto de 2014.

Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental Parecer CEB 04/98. Disponível em :<http://www.ibr.gov.br/?itemid=82>. Acesso em 29 de julho de 2014.

DOURADO, L. F.; OLIVEIRA, J. F.; SANTOS, C. A. **A qualidade da educação: conceitos e definições**. USP, São Paulo, 2007. Disponível em <http://www.publicacoes.inep.gov.br/detalhes.asp?pub=4154#> acesso em 10/julho/2014.

FILHO, Vicente Henrique de Oliveira. **As novas tecnologias e a mediação do processo ensino/aprendizagem na escola**. Formador do Núcleo de Tecnologia Educacional de Caxias, MA – Brasil.

FREITAS, Luiz Carlos de. **Ciclo ou séries? O que muda quando se altera a forma de organizar os tempos-espacos da escola?** Disponível em 1FEUNICAMPfreitas.list@uol.com.br. Acesso em 16/07/2014.

LOPES, Alice C. **Discursos nas políticas de currículo. Currículo sem Fronteiras**, v.6, n. 2, p.4, jul/dez. 2006. Disponível em: <<http://www.curriculosemfronteiras.org/vol6iss2articles/lopes.pdf>>. Acesso em 20 agosto 2014.

MORETTO, Vasco Pedro. Prova – **um momento privilegiado de estudo – não um acerto de contas**. 3 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

PCNs 2009. Disponível em: <http://beckerhistoria.blogspot.com/2009/11/parametros-curriculares-nacionais5-8.html>. Acesso em 30/07/2014.

Resolução SEE nº 2197 de 26 de outubro de 2012 .Disponível em :<http://pt.scribd.com/doc/111313245/RESOLUCAO-SEE-N%C2%BA-2197-2> organizacao-e-funcionamento-da-educacao-basica-nas-escolas-estaduais. Acesso em 07/08/2014.

VEIGA, I. P. A. (Org.) **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível**. 23. ed. Campinas: Papirus, 2001. **Escola: espaço do projeto político-pedagógico**.